

Avaliação do conhecimento de educadores sobre violência intrafamiliar: uma abordagem realizada em escolas municipais de ensino básico

Cléa Adas Saliba Garbin¹, Paula Caetano Araújo², Ana Laura Modesto de Albuquerque Donine³, Artênio José Ísper Garbin⁴

Resumo

A violência infantil é considerada uma das causas mais importantes para a morbimortalidade na infância. Este problema deve ser identificado por qualquer profissional que esteja em contato direto com a criança no seu cotidiano, em especial os professores de educação infantil. Este estudo transversal objetivou verificar o conhecimento de professores de Escolas Municipais de Ensino Básico (EMEBS) do município de Araçatuba, São Paulo, sobre violência intrafamiliar contra crianças. O instrumento de análise utilizado foi um questionário semiestruturado e, previamente, testado. O universo amostral deste estudo foi composto por 84 professores, pertencentes a 10 EMEBS. Os resultados foram analisados no programa Excel e mostraram que a maioria dos participantes definiu violência contra criança como violência física e psicológica (52,4%). Ao serem questionados quanto ao preparo para identificar abusos, 67,9% disseram ter obtido informações a respeito de violência contra a criança durante sua formação acadêmica, todavia apenas 19% dos participantes se sentiam totalmente capazes de identificar abusos em menores. 20,2% da amostra mencionaram ainda não se sentir responsável por esse tipo de notificação. Logo, o conhecimento das equipes pedagógicas do ensino infantil sobre violência contra criança ainda é bastante deficitário. São sugeridas medidas que estimulem a busca pelo conhecimento e atualização destes profissionais.

Palavras-chave

Violência Doméstica. Educação Infantil. Docentes. Pré-escolar.

- 1.** Doutora em Odontologia Legal e Deontologia pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil; professora titular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, Brasil. E-mail: cgarbin@foa.unesp.br.
- 2.** Pós-doutoranda em Odontologia Preventiva e Social na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araçatuba, São Paulo, Brasil; professora adjunta da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. E-mail: pcaraujo@ufu.br.
- 3.** Graduanda em Odontologia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araçatuba, São Paulo, Brasil; bolsista de iniciação científica do PIBIC/CNPq. E-mail: alalbuq@gmail.com.
- 4.** Doutor em Ortodontia pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil; professor adjunto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, Brasil. E-mail: agarbin@foa.unesp.br.

Evaluation of the educators' knowledge about the violence against children in the school environment: an approach performed in municipal elementary schools

Cléa Adas Saliba Garbin*, Paula Caetano Araújo**, Ana Laura Modesto de Albuquerque Donine***, Artênio José Ísper Garbin****

Abstract

The child violence is considered one of the most important causes of morbimortality in childhood. This problem must be identified by any professional who is in direct contact with a child in their daily lives, especially the school teachers. This cross-sectional study aimed to verify the knowledge of municipal school's teachers of Araçatuba, São Paulo State, on family violence against children. The analysis instrument was a semi-structured questionnaire, which was previously tested. The sample universe of this study consisted of 84 teachers belonging to 10 municipal schools. The results were analyzed in the Excel program and they showed that most participants defined violence against children as physical/psychological violence (52.4%). When they were asked about the preparation to identify abuses, 67.9% said they have obtained information about violence against children during their academic training, though only 19% of the participants felt fully able to identify abuse in minors. 20.2% of the sample mentioned that they still do not feel completely responsible for this type of notification. Thus, the child rearing teaching staff knowledge on violence against children is still quite deficient. It is therefore suggested, it is suggested some attitudes to encourage the pursuit of knowledge as well as the update of these professionals.

Keywords

Domestic Violence. Child Rearing. Teachers. Preschool.

* PhD in Legal Dentistry and Deontology, State University of Campinas, State of São Paulo, Brazil; professor at "Júlio de Mesquita Filho" São Paulo State University, State of São Paulo, Brazil. E-mail: cgarbin@foa.unesp.br.

** Postdoctoral student in Preventive and Social Dentistry, "Júlio de Mesquita Filho" São Paulo State University, Campus Araçatuba, State of São Paulo, Brazil; professor assistant at Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil. E-mail: pcaraujo@ufu.br.

*** Undergraduated in Dentistry, "Júlio de Mesquita Filho" São Paulo State University, Campus Araçatuba, State of São Paulo, Brazil; scholarship PIBIC/CNPq. E-mail: alalbuq@gmail.com.

**** PhD in Orthodontics, State University of Campinas, State of São Paulo, Brazil; professor assistant at "Júlio de Mesquita Filho" São Paulo State University, State of São Paulo, Brazil. E-mail: agarbin@foa.unesp.br.

Introdução

Os maus-tratos contra a criança representam um dos mais graves problemas de saúde pública (CAVALCANTI, 2001), consistindo em uma das principais formas de morbidade na infância (DOSSI et al., 2008). O menor de idade pode ser maltratado de diversas formas, compreendendo desde a violência física ao abuso psicológico, sexual e negligência (SANTOS; YAKUWA, 2015).

As consequências da agressão contra a criança vitimada em seu próprio lar são desastrosas, produzindo um sentimento de desamparo e insegurança na vítima, prejudicando enormemente a formação de sua personalidade (BARROS; FREITAS, 2015). Além disso, muitas vezes o menor precisa conviver diariamente com o agressor e enfrentar o pacto de silêncio de pessoas próximas à realidade do problema (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2004).

Os pais e/ou responsáveis são apontados por diversos estudos como os principais agressores (BARROS; FREITAS, 2015). Dentre os fatores corroborativos para o ambiente de violência destacam-se: a gravidez malquista, as deficiências físicas e/ou mentais, o parto prematuro, o difícil comportamento da criança, o alcoolismo, a depressão, os distúrbios psiquiátricos e as famílias com dificuldades socioeconômicas (KIM-COHEN et al., 2006). Logo, é possível inferir que a precariedade das condições de vida dos sujeitos está diretamente relacionada com as causas da violência, não eximindo a participação do Estado como perpetrador, devido à ineficácia na administração de recursos financeiros e escassez de meios para provimento de uma vida digna a toda população.

Em 2002, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 53 mil crianças foram assassinadas no mundo todo e, aproximadamente, 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos foram forçados a

manter relações sexuais ou sofreram alguma forma de violência sexual. Entretanto, mesmo diante de dados preocupantes como esses, muitas vezes, observa-se uma sociedade que nega um olhar acurado para a problemática, agindo com conivência diante das agressões (ADORNO, 2010). Nesse contexto, é possível observar uma sociedade que coparticipa da cultura do silenciar, agredindo como estratégia para educar, transformando as agressões em ocorrências recorrentes. Perpetua-se, assim, um processo histórico cultural que coisifica o outro a fim de ensinar, contrapondo os princípios de uma educação popular.

A cooperação entre os diversos setores de uma comunidade, como saúde, justiça, serviços sociais, política e educação, é uma iniciativa essencial para a resolutividade da violência infantil (KRUG et al., 2003). O enfrentamento no combate aos abusos na infância, a partir de políticas públicas, tem sido uma preocupação constante dos governos em nível federal, estadual e municipal do Estado brasileiro. Ressalta-se, assim, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1991). O ECA declara que a escola possui a missão de zelar pela proteção de crianças e adolescentes, por conseguinte é esperado que a instituição de ensino seja fonte para obtenção de sinais e sintomas suspeitos e/ou identificados nos menores. Todavia, o Brasil ainda retrata altos índices de violência contra a criança, enfatizando a necessidade da mobilização dos vários setores da sociedade no combate a esta mazela (WAISELFISZ, 2012).

De maneira geral, todos os profissionais que lidam diretamente com a criança possuem o dever de identificar e atuar ativamente no encaminhamento dos casos suspeitos de violência, a fim de melhorar a qualidade de vida do menor, possibilitando a oferta das

condições básicas para um desenvolvimento proveitoso na infância (NOGUCHI et al., 2004).

O papel da escola é, inquestionavelmente, fundamental no combate à violência infantil, uma vez que o ambiente escolar permite que a criança possa ser acolhida e protegida, contando com o apoio e o preparo dos profissionais da educação (BRASIL, 2015). Além disso, a escola é uma instituição singular, pois agrupa, em determinado momento e faixa etária, toda a sociedade (GRAVILLE-GARCIA et al., 2009). Assim sendo, o educador e a escola exercem uma influência ativa nos cuidados com os menores (MELLO JORGE, 1994).

A interferência positiva na vida das crianças permite que estas desenvolvam melhor novas habilidades, melhorem o relacionamento interpessoal e estabeleçam laços fortes de confiança com o educador e toda equipe pedagógica (MELLO JORGE, 1994). Além disso, o convívio extensivo entre a criança e o professor permite que esse profissional fique habilitado a identificar situações suspeitas, encaminhar, ouvir e acolher a família (SANTOS; FERRIANI, 2007). Contudo, o medo de retaliações, faz com que a maioria dos docentes da educação não queira intervir em conflitos de âmbito familiar e particular (ASSIS, 1991).

A violência, inicialmente, identificada e denunciada pode salvar a vida e o desenvolvimento futuro de muitas crianças (PEREIRA, 2015). Dessa forma, o pacto de silêncio deve ser rompido pelas pessoas e profissionais que estão em contato com os menores, em especial os educadores de ensino infantil, a fim de que essas crianças tenham sua integridade física, moral e psicológica protegida (PEREIRA, 2015). É necessário, assim, um trabalho em conjunto com os vários setores da sociedade (SEI, 2004), com foco na educação, já que o convívio com a criança é maior e os vínculos formados estão fortemente arraigados.

Nesse contexto, este trabalho objetivou

verificar o conhecimento de professores de Escolas Municipais de Ensino Básico (EMEBS) do município de Araçatuba, São Paulo, sobre a violência intrafamiliar contra crianças, abordando aspectos como: formas de violência, sinais e sintomas do abuso, consequências da violência no desenvolvimento do aluno e importância da atuação do professor e de todos os envolvidos no cotidiano da criança no processo de notificação e denúncia dos abusos.

Metodologia

O presente estudo descritivo e transversal com abordagem quanti-qualitativa foi realizado em dez EMEBS do município de Araçatuba, São Paulo. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Odontologia de Araçatuba da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Processo FOA 01080/2011). Todos os sujeitos envolvidos no estudo autorizaram por escrito sua participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com conhecimento da natureza e do formato do questionário, obedecendo às normas de pesquisa em saúde regulamentadas pela resolução CNS nº 466/12 (BRASIL, 2012)

A avaliação foi feita por meio de um questionário semiestruturado, previamente testado, e aplicado a todos os professores do ensino infantil das EMEBS nos dois períodos letivos (manhã e tarde), de agosto de 2014 até abril de 2016. As 10 EMEBS participantes foram selecionadas para fazer parte do estudo através de sorteio. Posteriormente, foi realizado o estudo piloto. Segundo Yin (2009), a aplicação de um piloto pode ajudar o investigador a refinar os seus procedimentos de coleta e registro de dados e lhe propiciar a oportunidade para testar as técnicas estabelecidas. O piloto foi realizado em uma EMEB que não participou da pesquisa.

O universo amostral deste trabalho

foi composto por 84 professores de EMEBS, que lecionavam nos anos de 2014-2016 no município de Araçatuba, São Paulo. Os critérios de inclusão da amostra foram: graduação em pedagogia em andamento, graduação em pedagogia concluída e aceitar participar do trabalho.

Os sujeitos da pesquisa foram estimulados a responder o questionário, desenvolvido por Garbin et al. (2010), visando investigar o nível de conhecimento dos professores quanto às características das formas de violência, o conhecimento dos sinais e sintomas dos abusos e a importância da atuação deste profissional no processo de notificação e denúncia dos abusos.

Um dos pesquisadores permaneceu presente durante todo o período de avaliação, com o cuidado adicional de não prestar qualquer esclarecimento que pudesse ter induzido uma resposta às questões.

Ao final da coleta, os educadores receberam orientações relativas ao tema “violência intrafamiliar contra crianças”, sendo possível esclarecer as principais dúvidas que permeiam essa problemática.

Os dados colhidos por meio da avaliação foram quantificados e tabulados para análise estatística descritiva no programa Excel, sendo que as questões abertas foram categorizadas segundo a técnica de Bardin (2004).

Resultados

Foram analisados os questionários dos 84 professores do ensino infantil participantes da pesquisa.

Com relação à formação acadêmica da amostra, 91,7% possuíam formação superior completa, sendo que 34,5% dos respondentes mencionou ter um ano de formado.

Em relação ao tempo de atuação como pedagogo, as faixas de 1-10 anos e 11-20 anos obtiveram maior prevalência, totalizando ambas 39,3%.

Todos os participantes eram do gênero feminino (100%). A faixa etária mais prevalente na amostra compreendia 41-50 anos (28,6%), tendo sido possível observar sujeitos com idade mínima e máxima de 20 e 60 anos, respectivamente.

Quando os educadores foram questionados sobre a capacidade de identificar os sinais e sintomas dos abusos em crianças maltratadas pela família, 77,4% disseram que seriam capazes de fazê-lo, todavia a maior parte dos participantes afirmou, em um segundo momento de aplicação do questionário, que nem sempre se sente seguro para diagnosticar esse tipo de problema (76,2%). Também foi percebida uma dificuldade na conceituação do termo “violência”, sendo que a maior parte dos entrevistados afirmou que violência compreendia apenas agressões físicas e abusos psicológicos (52,4%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição de frequência para as respostas dadas frente à conceituação de violência.

Tipo de violência	Frequência	%
Física/psicológica	44	52,4
Maus-tratos	14	16,7
Negligência	17	20,2
Sem informação	9	10,7

Fonte: Os autores (2017).

Foi possível observar ainda, que 67,9% dos entrevistados mencionaram ter recebido informações sobre violência durante sua formação acadêmica, sendo que 32,1% adquiriram esse conhecimento através de

palestras e 26,2% através de cursos durante a própria graduação. A maioria dos participantes (78,6%) acreditava que, notificando os casos observados, estaria exercendo seu papel de professor (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição de frequência para as respostas dadas frente à responsabilização no ato de notificar.

	Frequência	%
Se sentem responsáveis em notificar	66	78,6
Não se sentem responsáveis em notificar	17	20,2
Sem informação	1	1,2

Fonte: Os autores (2017).

Para 31% dos entrevistados, é dever de todo cidadão atuar ativamente na notificação dos casos de violência. Já 20,2% da amostra disseram não se sentir responsável em notificar tais situações, enfatizando ainda o medo de represálias.

Os entrevistados ressaltaram que a mudança de comportamento do aluno (39,3%) e as marcas físicas da violência (31%) são os sinais observados com maior frequência nas EMEBS. 40,5% deles afirmaram existir casos de

violência nas escolas que trabalham, sendo que 19% desses abusos envolvem violência sexual. Em 16,7% dos casos, os pais ou os responsáveis foram apontados como os principais agressores. Os educadores afirmaram, ainda, que a primeira atitude a ser tomada em caso de alguma suspeita/identificação de abuso é comunicar a direção da escola (45,2%) (Tabela 3), sendo que os órgãos mais citados para a realização da denúncia foram o Conselho Tutelar e o próprio local de trabalho (27,4%).

Tabela 3 – Distribuição de frequência para as respostas dadas frente à atitude tomada pelo educador em caso de abusos suspeitos ou confirmados de violência.

	Frequência	%
Conversar com os pais e o aluno	14	16,7
Direção da escola/Conselho Tutelar	27	32,1
Comunicar a direção da escola	38	45,2
Sem informação	5	6

Fonte: Os autores (2017).

Discussão

A violência vem se estabelecendo de forma histórica nas mais variadas culturas, apoderando-se até mesmo das relações humanas (AGUIAR; ALMEIDA, 2010). Sendo assim, é possível caracterizá-la como relacional, podendo ser observada, inclusive, no ambiente familiar (PEREIRA, 2015).

Muitas vezes a violência utiliza o poder sobre o outro para se expressar, como é o caso da violência contra crianças e adolescentes (SUDBRACK; CONCEIÇÃO, 2005). Lamentavelmente, existe ainda a tradição de que a violência é parte de um processo educacional corretivo e disciplinante, enraizado na população, ressaltando a família como uma instituição inviolável e inquestionável (PEREIRA et al., 2001).

Nesse contexto, faz-se essencial a atuação ativa de todos os profissionais que convivem diariamente com esses menores, uma vez que a identificação/suspeita em fase inicial é o melhor caminho para evitar possíveis danos psicológicos e emocionais (GARBIN et al., 2010).

O educador é um excelente representante dessa gama de profissionais que estão presentes no dia a dia das crianças, pois passam um tempo significativo ao lado dos menores, podendo, assim, estabelecer laços de confiança e cuidado (GRANVILLE-GARCIA et al., 2009).

Este estudo contou com a participação de 84 educadores do ensino infantil, sendo que quase a totalidade possuía formação superior completa. É importante ressaltar que o universo amostral pertencia ao gênero feminino. Esse dado corrobora o trabalho de Hypolito (1997), que afirmou que a docência se transformou em uma atividade feminina, especialmente quando relacionada à Pedagogia.

Já em relação à idade da amostra no presente estudo, pode ser observado que a faixa etária mais prevalente foi 31 a 40 anos (31%), seguida pela faixa dos 41 a 50 anos (28,6%),

sendo que apenas 13% dos pesquisados se encontravam entre os 21 e 30 anos de idade. Com base nesses dados, é possível sugerir uma baixa procura por essa formação acadêmica pelo público jovem ou uma dificuldade de inserção de novos profissionais da educação no setor público. Todavia, Pereira (2015) realizou um estudo com acadêmicos dessa mesma área e observou maior prevalência de sujeitos na faixa etária de 20 a 30 anos.

Quando os participantes do presente estudo foram questionados sobre a capacidade de identificar os sinais e sintomas das agressões em menores violentados pela família, a maior parte da amostra afirmou que nem sempre se sentem seguros para reconhecer esse tipo de problema (76,2%). O currículo do professor em formação ainda está defasado quando o aspecto analisado é a realidade sociopolítica e econômica da construção do conhecimento (MOREIRA et al., 1995). Muitas vezes a carga horária de disciplinas com abordagens mais generalistas se apresentam de forma reduzida e pontual (PEREIRA, 2015). Moreira e colaboradores (1995) constataram que a formação acadêmica de professores deve direcioná-los a transformar o meio em que atuam, buscando o conhecimento a partir das diferentes realidades, bem como por meio da pesquisa diante da diversidade dos contextos. Esse tipo de formação acadêmica ainda caminha a passos curtos no Brasil, prejudicando o ato de cuidar, no sentido mais holístico, por parte do educador (PEREIRA, 2015). Logo, esse contexto traz grandes dificuldades no nível do estímulo à notificação compulsória, bem como propicia a perpetuação da cultura do silenciar, em que os profissionais preferem não se envolver, para se proteger, lesando as crianças em seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor.

Diante desses fatos, este estudo também identificou a dificuldade na conceituação do termo “violência” por parte dos entrevistados, sendo que a maioria afirmou que violência

compreendia apenas agressões físicas e abusos psicológicos. A violência pode ser classificada como física, psicológica, sexual e negligência, segundo o Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência (MURARO, 2008).

Os achados do presente estudo corroboram, ainda, com o trabalho de Garbin e colaboradores (2010) que constataram que grande parte dos professores não se sente preparada para reconhecer abusos em pré-escolares. Esses entraves na formação acadêmica desse recurso humano tão importante no desenvolvimento infantil prejudicam a percepção e a acuidade na detecção de sinais e sintomas de abuso (ANDO; FELDMANN, 2013).

Foi também constatado, no presente estudo, que a maior parte dos respondentes mencionou ter recebido informações sobre violência durante sua formação acadêmica, sendo que 32,1% adquiriram esse conhecimento por meio de palestras e 26,2% através de cursos durante a própria graduação. O trabalho de Pereira (2015) evidenciou que mais da metade da sua amostra teve a temática “violência” ofertada em uma disciplina com abordagem mais generalista ao longo do curso de graduação em Pedagogia. Todavia, é importante enfatizar que, muitas vezes, a carga horária dessas disciplinas é inadequada. Também é possível identificar a falta de estímulo, por parte da Universidade, no desenvolvimento de um olhar crítico do futuro educador, agravando os problemas de notificação de violência observados na atualidade (GARBIN et al., 2010).

É importante ressaltar, ainda, que este estudo observou que 20,2% da amostra não se sente responsável em notificar tais situações. O mesmo foi observado em um estudo de Vagostello et al., em 2003, em que 21,7% dos abusos confirmados foram omitidos pelas instituições, pois estas preferiram se abster do envolvimento em assuntos de caráter pessoal.

Os entrevistados disseram também que

a mudança de comportamento do aluno e as marcas físicas da violência são os sinais observados com maior frequência. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2015a), o Disque Direito Humanos registrou, apenas no primeiro semestre de 2015, 66.518 denúncias de violações de direitos humanos, sendo que mais da metade das ligações são relativas a crianças e adolescentes. Os principais abusos registrados estão relacionados à negligência, violência psicológica e violência física, respectivamente (BRASIL, 2015a).

Em 16,7% dos casos observados neste estudo, os pais ou os responsáveis foram apontados como os principais agressores. Foi possível observar ainda, que os órgãos mais citados pela amostra para a realização da denúncia foram o Conselho Tutelar e a própria escola. O Conselho Tutelar é uma instituição pública, em nível municipal, que possui primordial função quanto à fiscalização e ao cumprimento de todos os direitos já destacados no ECA, bem como realiza atendimentos a comunidade em geral e encaminhamentos de abusos realizados através de denúncia (BRASIL, 2002).

Apesar de todos os avanços e ganhos trazidos com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o ECA, muito ainda precisa ser feito no sentido de sensibilizar todos os atores sociais envolvidos no cotidiano da criança. O próprio ECA, no art. 245, enfatiza a importância dos profissionais da educação na prevenção da violência, destacando a obrigatoriedade da notificação em caso de abusos suspeitos e/ou identificados (BRASIL, 1991). Em 2001, a Portaria nº 1968, trouxe a institucionalização da notificação compulsória de abusos contra crianças e adolescentes, atendidos no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa Portaria se baseia no art. 87, inciso II, da Constituição Federal, que prevê que todos os casos suspeitos ou identificados de violência deverão ser informados ao Conselho Tutelar,

com direito a penalidade para o profissional da saúde e responsável por estabelecimento de saúde que não o realizem (BRASIL, 2001).

É necessário destacar o significativo papel da educação popular na construção de atores sociais empoderados quanto à sua saúde e bem-estar. O ensino que problematiza permite o desenvolvimento de sujeitos mais conscientes de seus direitos, bem como de seus deveres, formando cidadãos críticos, diferentemente do modelo tradicional, que não se compromete com o aluno. Desta maneira, o apoio social, em especial do setor da educação, seria mais factível, uma vez que teríamos profissionais com olhar mais holístico para a realidade de seus alunos, e conseqüentemente, o alcance pelos gestores dos reais anseios da população, permitindo o melhor direcionamento de recursos na prevenção da violência e promoção de saúde geral.

Sendo assim, sugere-se um estímulo à capacitação e instrução, fundamentada na educação popular, sobre o tema aos pedagogos em exercício profissional, bem como os que estão em processo de formação, a fim de que se sintam preparados para identificar e conduzir os casos de abusos com maior agilidade, protegendo, assim, crianças e adolescentes da violência, permitindo-lhes desfrutar da

infância e da adolescência, em sua totalidade.

Considerações finais

Apesar dos professores se sentirem capazes para identificar os casos de violência intrafamiliar, ainda apresentam muita dificuldade no reconhecimento dos sinais e sintomas apresentados pelas crianças violentadas. Além disso, muitos não se sentem responsáveis em notificar os casos de violência, apresentando um empecilho adicional ao avanço da proteção à criança. Dessa forma, observa-se que a lei que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente, não é suficiente no sentido de proporcionar a devida proteção às crianças, quando analisada de forma isolada. Sendo assim, é essencial o estabelecimento de parcerias intersetoriais, a fim de alcançar resultados melhores, tanto na sensibilização como na condução dos casos por parte dos professores de educação infantil.

Agradecimentos

Ao CNPq/PIBIC, à Faculdade de Odontologia de Araçatuba e aos membros do Departamento de Odontologia Preventiva e Social, e à Secretaria de Educação do município de Araçatuba.

Referências

- ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira: juventude e delinquência como problemas sociais. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2010.
- AGUIAR, R. M. R.; ALMEIDA, S. F. C. **Violência na escola**: reflexões acerca da (re)construção dos laços de autoridade no cotidiano escolar. 2010. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000032010000100068&lng=en&nrm=iso> . Acesso em: 18 jul. 2016.
- ANDO, D.; FELDMANN, M. G. A violência doméstica contra crianças e a formação de professores: um elo a ser estreitado. **Brazilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v. 4, n. esp., p. 327-337, 2013.
- ASSIS, S. G. **Quando crescer é um desafio social**: estudo sócio-epidemiológico sobre violência em

escolares de Duque de Caxias, RJ. 1991. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1991.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Editora 70, 2004. 225 p.

BARROS, A. S.; FREITAS, M. F. Q. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 102-114, 2015.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Forja, 1991.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 1.968, de 25 de outubro de 2001. Dispõe sobre a notificação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 out. 2001, Seção 1, p. 86.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. **Balanco semestral do disque direitos humanos: disque 100**. 2015. Disponível em: <www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/balancodisque100>. Acesso em: 12 ago. 2016.

BRASIL, K. C. T. R. et al. Adolescência, violência e objetos culturais: uma intervenção entre o educativo e o terapêutico no espaço escolar. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 205-225, 2015. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v20i2p205-225>.

CAVALCANTI, A. L. Abuso infantil: protocolo de atendimento odontológico. **Revista Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 6, p. 378-380, 2001.

DOSSI, A. P. et al. Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1939-1952, 2008. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008000800022>.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **O Fim da omissão: a implantação de polos de prevenção à violência doméstica**. São Paulo: Fundação Abrinq, 2004.

GARBIN, C. A. S. et al. Formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 2, n. esp., p. 207-216, 2010.

GRANVILLE-GARCIA, A. F. et al. Conhecimentos e percepção de professores sobre maus-tratos em crianças e adolescentes. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 131-140, 2009. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000100013>.

HYPOLITO, A. L. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papyrus, 1997.

KIM-COHEN, J. et al. The caregiving environments provided to children by depressed mothers with or without an antisocial history. **American Journal of Psychiatry**, Arlington, v. 163, n. 6, p. 1909-1918, 2006. doi: <https://doi.org/10.1176/ajp.2006.163.6.1009>.

KRUG, E. G. et al. (Eds.). **Informe mundial sobre la violencia y la salud**. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 2003.

MELLO JORGE, M. H. O papel da escola na prevenção de acidentes e violência na infância e na adolescência. **Revista Brasileira Saúde do Escolar**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 159-167, 1994.

MOREIRA, A. F. et al. O currículo como política cultural e a formação docente. In: _____. **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 7-20.

MURARO, H. M. S. (Org.) **Protocolo da rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco para a violência**. 3. ed. Curitiba: Secretaria Municipal da Saúde, 2008.

NOGUCHI, M. S.; ASSIS, S. G.; SANTOS, N. C. Entre quatro paredes: atendimento fonoaudiólogo a crianças e adolescentes vítimas de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 963-973, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

PEREIRA, G. A. et al. Indicadores para o reconhecimento de abuso infantil: orientação aos profissionais de saúde. **Revista do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-46, 2001.

PEREIRA, A. B. M. **A psicologia clínica na formação de professores/as para o enfrentamento à violência intrafamiliar contra crianças**. 2015. 205 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTOS, L. E. S.; FERRIANI, M. G. C. A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo, v. 60, n. 5, p. 524-529, 2007. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672007000500008>.

SANTOS, J. S.; YAKUWA, M. S. A Estratégia Saúde da Família frente à violência contra crianças: revisão integrativa. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 38-43, 2015.

SEI, M. B. **Desenvolvimento emocional e os maus-tratos infantis: uma perspectiva winnicottiana**. 2004. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SUDBRACK, M. F. O.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Jovens e violência: vítimas e/ou algozes. In: COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. (Orgs.) **Violência no cotidiano: do risco à proteção**. Brasília: Líber Livros Universa, 2005. p. 185-198.

VAGOSTELLO, L. et al., Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São

Paulo. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 26, p. 191-196, 2003. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2003000300008>.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**: crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2012. 83 p.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. 4. ed. Los Angeles: SAGE, 2009. 219 p.

Submetido em 19 de agosto de 2016.

Aprovado em 4 de maio de 2017.